



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **9 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 18 de janeiro de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO

Estrangulamento nos portos..... 1
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO

Exportador deixa dólar no exterior e ganha com câmbio 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO

Governo vai desonerar a indústria em fevereiro..... 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

CONVERGÊNCIA DIGITAL

TV Digital: Casa Civil e Minicom definem estratégia no Governo Dilma 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

CONVERGÊNCIA DIGITAL

Política industrial: Governo novo, divergências antigas 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

SOFT COMEX

Ministro e secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento adiantam rumos da pasta 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR

Indústria exportadora elogia proposta de ampliar defesa comercial do país..... 9
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA.COM

Governo deve anunciar medidas para desonerar indústria em fevereiro 10
VEICULAÇÃO NACIONAL

R 7 / NOTÍCIAS

Comissão quer isentar de impostos cidades da região serrana devastadas pela chuva 11
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Estrangulamento nos portos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Apesar de uma grande abertura em relação aos portos, com a Lei de Modernização de 1993, um decreto federal de 2008 mudou o quadro. Cedendo a pressões de sindicatos de portuários e de algumas empresas concessionárias, esse decreto estabeleceu que novos terminais do setor privado só seriam concedidos para empreendimentos que visassem a atender, majoritariamente, cargas próprias - na maioria, de empresas exportadoras - e não de terceiros. A medida praticamente interrompeu investimentos que vinham se dirigindo para a ampliação e a implantação de novos terminais portuários. Só três novas concessões foram feitas desde então, ocasionando, nos terminais marítimos, nos últimos anos, um congestionamento de contêineres que estrangula gravemente o fluxo de mercadorias.

Apesar dos danos que produziram, as limitações não eliminaram totalmente o interesse dos investidores nacionais e estrangeiros nos nossos portos. Prova disso foi a aquisição por US\$ 500 milhões de 50% do Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP), o terceiro maior do País, pelo fundo Advent International, na semana passada. Em parceria com o consórcio de cinco empresas nacionais que continua a ter participação paritária no empreendimento, são programados investimentos para dobrar a capacidade do terminal para a movimentação de 3 milhões de unidades equivalentes de contêineres de 20 pés, ou TEU, na sigla em inglês.

Novos investimentos privados poderiam ser feitos em outros portos do País, e deveria haver grande interesse do governo em estimulá-los. Com os cortes previstos no orçamento, e que dificilmente poderão deixar de atingir os investimentos públicos, já escassos, é improvável que haja condições de investir R\$ 9,8 bilhões nos portos até 2013, como apontam as projeções oficiais. Além disso, deve-se levar em conta que os investimentos para manejo, embarque e desembarque de contêineres hoje requerem a incorporação de novas tecnologias, o que acarreta dispêndios adicionais. A partir de julho de 2012, todas as exportações em contêineres para os Estados Unidos devem passar obrigatoriamente por inspeção por scanners de última geração. A exigência representa

também uma medida de segurança para o País, principalmente para evitar importações irregulares, ou de materiais perigosos, ou mesmo de lixo, como já tem ocorrido.

Contudo, em vista da burocracia hoje existente, que dificulta novas concessões de terminais, a saída para os investidores é adquirir participação nos terminais privados já em operação, como fez o fundo Advent. Na verdade, o decreto de 2008 instituiu um sistema cartorial. Como informou o Estado (14/1), hoje o investidor que quiser ingressar no setor tem de disputar os leilões dos terminais que tiveram ou vão ter os seus contratos de arrendamento vencidos. Em Santos, o maior porto do País, 12 contratos de arrendamento de terminais vão vencer até 2014.

É bastante provável que já existam interessados em investir nessas concessões, mas o fato é que, com uma corrente de comércio que somou US\$ 383,55 bilhões em 2010, apresentando um crescimento de 36,6% em relação a 2009, com tendência a aumentar 15% ao ano, pelo menos, o País não pode esperar mais três anos para começar a modernizar a sua estrutura portuária, que gera tantos desperdícios e perdas, afetando gravemente a competitividade internacional do Brasil.

A solução ideal seria privatizar os portos, acabando com a atual distinção entre portos públicos e terminais privados. Para controle do setor, especialistas recomendam a criação de uma agência reguladora. Admitindo, contudo, que o atual governo não consiga vencer os preconceitos existentes quanto a esse modelo, o que se espera é que, no mínimo, acabe, de vez, com o congelamento na prática da concessão à iniciativa privada da operação e administração de terminais marítimos, recuperando o espírito da Lei de Modernização dos Portos. Interesses corporativos e cartoriais não podem prevalecer sobre o desenvolvimento nacional.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Exportador deixa dólar no exterior e ganha com câmbio		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Em 2010, a quantidade de dólares de exportadores depositados fora do país triplicou - de US\$ 8 bilhões para US\$ 24,7 bilhões. A entrada de dinheiro no Brasil pelas exportações ficou 12,5% abaixo do valor exportado.

Segundo analistas, com o dólar em queda no Brasil, as empresas preferem aplicar o dinheiro no exterior.

Exportador especula com dólar deixado fora do país

Empresas usam recursos em aplicações e lucram com juros e queda da moeda

Em 2010, entrada de dinheiro no país via exportações ficou 12,5% abaixo do valor efetivamente exportado

EDUARDO CUCOLO

DE BRASÍLIA

A quantidade de dólares de exportadores que ficaram depositados fora do Brasil triplicou em 2010 e há sinais de que parte desse dinheiro está sendo utilizada para aumentar a especulação, dentro do país, com a moeda.

Segundo analistas, empresas que costumam reclamar da desvalorização do dólar, que torna as vendas do Brasil para o exterior menos rentáveis, estão lucrando com a perda de valor da moeda.

Desde 2008, para reduzir a entrada de dólares e a pressão sobre o câmbio, o BC liberou o exportador da obrigação de trazer esse recurso para o mercado interno.

Dessa forma, essas empresas podem usar o dinheiro para fazer pagamentos, de importações ou dívidas, investimentos ou até aplicações no exterior.

Em 2010, a entrada de dinheiro no país por meio de exportações ficou 12,5% abaixo do valor efetivamente exportado. Essa diferença passou de US\$ 8 bilhões em 2009 para US\$ 24,7 bilhões.

José Augusto de Castro, vice-presidente da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil), diz que o aumento nas operações de comércio exterior, sozinho, não justifica uma elevação tão grande nesses depósitos.

BANCOS

Parte desses recursos, segundo ele, estaria sendo direcionada para aplicações no próprio país via bancos.

Nessa operação, a empresa deposita o dinheiro no banco no exterior. A instituição traz o recurso para o Brasil e vende os dólares (geralmente para o BC).

Pode repassar os reais ao mesmo exportador, como um empréstimo dentro do país, ou aplicá-los.

Empresas e bancos ganham com os juros maiores no Brasil e também com o câmbio, pois há expectativa de desfazer a operação com um dólar mais barato, situação em que a empresa precisará comprar menos dólares para pagar o empréstimo.

Além disso, futuramente, em um cenário de alta do dólar, o dinheiro que ficou lá fora voltaria via exportação, trocado por mais reais.

Há coincidência nos dados do BC. O valor que deixou de entrar em 2010 na exportação é quase o mesmo que veio via operação financeira.

"O dinheiro está vindo por outro caminho. Os exportadores descobriram uma forma de manter o dólar lá fora e rentabilizá-lo a juros brasileiros, dividindo com os bancos esse resultado", diz Sidnei Nehme, diretor da corretora de câmbio NGO.

TRIBUTAÇÃO

Esse movimento já foi percebido pelo governo, que aumentou a tributação sobre investimento estrangeiro em títulos públicos em 2010 e, na semana passada, adotou uma medida para forçar os bancos a reduzir a especulação com a moeda.

Desde 2008, houve aumento na abertura de contas e no volume de depósitos de empresas brasileiras no

exterior, segundo Oswaldo Parreh dos Santos, gerente no Exterior do Banco do Brasil.

Segundo ele, o movimento está ligado ao aumento de despesas fora do país e à administração mais eficiente do caixa externo das empresas.

"As empresas trazem os recursos só quando necessário e de forma a manter os volumes de caixa na relação adequada às necessidades e às condições cambiais."

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Governo vai desonerar a indústria em fevereiro		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Impostos sobre folha de pagamento devem cair

GIULIANA VALLONE

DE SÃO PAULO

O Governo Federal prepara medidas de desoneração tributária para elevar a competitividade da indústria, em meio aos problemas causados pela desvalorização excessiva do dólar.

De acordo com o ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, as ações -que devem incluir a redução de impostos sobre a folha de pagamento- serão encaminhadas para o Congresso em fevereiro, quando tomam posse os novos deputados federais e senadores.

Na abertura da Couromoda, em São Paulo, PIMentel comentou ainda sobre os problemas que a indústria calçadista enfrenta com as importações chinesas.

"O setor tem um cenário paradoxal: de um lado, nunca houve uma oportunidade tão grande de crescimento nos mercados externo e interno. De outro, também estamos

sofrendo a maior ameaça da história do setor", afirmou o ministro.

O governo adotou em 2009 uma tarifa antidumping contra os calçados vindos do país asiático.

COUROMODA

A feira de calçados e acessórios começou ontem e vai até o dia 20, reunindo mais de mil empresas e com previsão de 70 mil visitantes.

Os negócios feitos na Couromoda devem responder por 30% das vendas anuais do setor. A expectativa é que a indústria registre crescimento real de 5% em 2011.

Entre as novidades apresentadas nesta edição estão produtos com foco na sustentabilidade -como bolsas de lona de caminhão reciclada, da JRJ-, e facilidades e novas tecnologias nos calçados infantis, como uma palmilha que mostra quando o sapato tem de ser trocado, da Kidy.

	VEÍCULO CONVERGÊNCIA DIGITAL		EDITORIA
	TÍTULO TV digital: Casa Civil e Minicom definem estratégia no Governo Dilma		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A gestão do processo de implantação da **TV digital** no país será decidida em uma reunião, ainda não agendada oficialmente, entre os ministros da Casa Civil, Antônio Palocci, e das Comunicações, Paulo Bernardo. Ainda não foi definido se o assunto continuará no Planalto ou será deslocado para o Minicom.

“Faz sentido manter a **TV digital** na Casa Civil porque já está lá. Mas também faz sentido trazer para cá. Ainda não decidimos. Já combinei de conversar com o Palocci sobre isso”, afirmou o ministro Paulo Bernardo.

O ministro também disse que tem “algumas ideias” para a **TV digital**, mas que prefere não adiantar nenhuma delas antes da reunião com o ministro chefe da Casa Civil sobre o destino do trabalho atual de migração e promoção do ISDB-T pelo mundo.

A **TV digital** era a principal atribuição do assessor especial André Barbosa, que chegou a ser convidado para ir para o **Ministério** das Comunicações, mas preferiu, ao menos por enquanto, continuar na Casa Civil.

A **TV digital** pode vir a ter um papel relevante na estratégia de inclusão digital no país. Isso porque há uma expectativa do governo que até 2014 se tenha um parque efetivo de televisores já adaptado ao padrão nipo-brasileiro - a migração de sistema está prevista para 2016.

O Minicom divulgou um comunicado onde afirmou que a **produção** brasileira de TVs com o conversor digital integrado ultrapassou a marca de 6 milhões de aparelhos no ano passado. A partir de 2011, de acordo ainda com o **Ministério**, o número deve ser ainda maior, já que todas as televisões com tela maior ou igual a 26 polegadas terão de chegar às lojas com o conversor integrado.

Em 2010, a obrigatoriedade valia para as TVs com tela maior ou igual a 32 polegadas. Quem ficar com o controle da **TV digital** terá duas tarefas relevantes em 2011: Massificar o uso do conversor - principalmente no parque de televisores antigos e fomentar o uso da interatividade, por meio, do Ginga, o middleware brasileiro.

Segundo ainda dados oficiais, o sinal digital está disponível para cerca de 90 milhões de consumidores, em 425 municípios espalhados por todos os Estados do Brasil.

*Colaborou Ana Paula Lobo

	VEÍCULO CONVERGÊNCIA DIGITAL		EDITORIA
	TÍTULO Política industrial: Governo novo, divergências antigas		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A presidenta Dilma Rousseff tem mais um desafio: Conciliar os interesses divergentes dos Ministérios da Fazenda, Desenvolvimento e Ciência e Tecnologia na elaboração das reformas planejadas pelo novo governo.

Um dos assuntos delicados é a desoneração da folha, que beneficiaria todo o setorial de Tecnologia da Informação e Comunicações. A Fazenda resiste, o Desenvolvimento quer acelerar e a Ciência e Tecnologia exige contrapartidas na área de inovação.

Os embates entre os três Ministérios não são novidade. Ao contrário. Eles pontuaram os oito anos da gestão de Luiz Inácio Lula. A fazenda, por meio da Receita Federal, sempre se mostrou bastante cética com os efeitos de mais desonerações para o setor. A própria desoneração de PIS/Cofins para os PCs enfrentou bastante resistência inicial, mas terminou por ampliar os recursos nos cofres públicos e fez Informática liderar as vendas do varejo brasileiro ao longo do ano passado.

A desoneração da folha seria uma das medidas governamentais para compensar a desvalorização do Dólar e os seus efeitos na cadeia produtiva. Em agosto do ano passado, as entidades setoriais de TIC se uniram e encaminharam uma proposta para a questão da redução de tributos na área pessoal. À época, ABES, Assespro, Brasscom, Fenainfo, Softex e Sucesu fizeram a seguinte proposta:

Para reduzir a alta carga tributária imposta sobre a folha de pagamento - calculada em 36% - sugeriram a troca dos 20% taxados na folha por uma alíquota entre 2% a 4% no faturamento da empresa. De acordo com as entidades, o governo teria um ganho líquido, em cinco anos, de R\$ 2 bilhões.

O estudo das entidades comprovava que num período de cinco anos, o Governo Federal perderia R\$ 3 bilhões no INSS, mas ganharia, em contrapartida, R\$ 5 bilhões com o aumento da arrecadação do Imposto de Renda e outros impostos oficiais.

A desoneração permitirá, segundo as entidades, que o Brasil venha a suprir a sua deficiência na formação de mão-de-obra especializada. Em 2010, a defasagem apresentada foi de 70 mil profissionais e a expectativa é que o país precisará de 750 mil especialistas em TIC até 2020.

A preocupação com a área é tanta que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do Comércio exterior assinou, no final do ano passado, um convênio com a Brasscom (Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia) para apoio e capacitação de recursos humanos para a indústria brasileira de software e serviços de TI. O desembolso previsto é de R\$ 1.718.628,00, pelo Ministério e uma contrapartida no valor de R\$ 318.628,00, pela entidade setorial. A vigência dele vai até dezembro de 2012.

O tema desoneração na folha deve ser posta à mesa durante a primeira reunião ministerial do governo Dilma Rousseff agendada para esta sexta-feira, 14/01. Como também será o momento de ajustar os discursos - já conflitantes - entre as pastas da Fazenda, com Guido Mantega, Desenvolvimento, Fernando PIMentel, e, agora, Ciência e Tecnologia, comandada pelo petista Aloizio Mercadante, e que está disposto a reivindicar mais espaço para a sua pasta na esfera ministerial.

	VEÍCULO SOFT COMEX		EDITORIA
	TÍTULO Ministro e secretário executivo do <u>Ministério do Desenvolvimento</u> adiantam rumos da pasta		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Publicado por Softway

Fernando Pimentel e Alessandro Teixeira trataram de temas caros aos gaúchos, como câmbio e política industrial.

Dois economistas, um com sabedoria política mineira, outro com disposição de trabalho gaúcha. No Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o ministro Fernando Pimentel, mineiro de Belo Horizonte, terá como secretário executivo — segundo na hierarquia da pasta — Alessandro Teixeira, gaúcho de Porto Alegre.

Apesar da formação, Pimentel é visto mais como um político do que como um especialista na área, depois de dois mandatos na prefeitura de Belo Horizonte e um ensaio de candidatura ao governo mineiro. Teixeira carrega no currículo a transformação da Agência de Promoção de Exportações (Apex) de um órgão quase desconhecido em dinâmica parceira do empresariado. Juntos, eles prometem dar uma sacudida no Ministério, que, segundo observadores próximos do governo, andava em ritmo mais lento do que o desejado.

Nesta entrevista concedida no início da noite de segunda-feira, no gabinete de Pimentel, os dois adiantam os rumos de temas caros aos gaúchos: câmbio, política industrial, negociações internacionais e racionalização tributária. O termo reforma tributária é evitado, mas Pimentel adverte que 27 legislações de ICMS estão com seus dias contados.

Além de ter uma equipe reforçada por gaúchos, Pimentel contou ter morado em Porto Alegre, na década de 70, voluntária e involuntariamente.

— Fiquei um ano clandestino e um ano preso. Mas tenho amigos queridos e lembranças muito boas.

Zero Hora — Minas e Rio Grande do Sul têm em comum uma grande preocupação com as exportações. O recorde em 2010 se deveu muito à alta de preço do minério de ferro.

Fernando Pimentel — Parte do resultado tem a ver com o trabalho da Apex, não foi por outro motivo que ele (Teixeira) foi convidado por mim, mas também indicado pela presidente Dilma para reforçar o trabalho do Ministério. Agora, estamos diante de um cenário que é preocupante. Nossa pauta de exportações ficou muito concentrada em commodities. O preço das commodities está nos ajudando, mas não sabemos até quando isso continua. Por outro lado, estamos sofrendo uma enxurrada de importações que, a essa altura, já começa a causar prejuízo em toda a cadeia produtiva. Vamos ter de agir. O Ministério vai ter de vir para o centro das atenções do governo, da sociedade, da opinião pública, da mídia, porque a questão externa hoje é uma das mais importantes para o Brasil continuar crescendo equilibradamente.

ZH — Alessandro Teixeira estava muito cotado para a Infraero. Como o senhor assegurou o passe?

Pimentel — Reconheço que a Infraero também é uma prioridade, mas acho que para o que vamos enfrentar ele estava muito preparado.

ZH — Empresários gostariam que o Ministério atuasse de forma mais incisiva, especialmente em política industrial. Podem contar com isso?

Pimentel — Com certeza. Hoje, o Ministério repetir só o que fez nos últimos oito anos não é mais suficiente. Tem de fazer mais. A competição está mais acirrada, o cenário do câmbio está muito pior do que foi. Fechou hoje (segunda-feira) em R\$ 1,65. A indústria brasileira está claramente perdendo competitividade nesses últimos anos.

ZH — O que é possível fazer para melhorar, especialmente considerando os problemas do Sul?

Alessandro Teixeira — Primeiro, a questão da competitividade. A indústria gaúcha perdeu competitividade acima da média nacional. São problemas cambiais, mas também questões de sistemas. O Rio Grande do Sul nos últimos oito anos não teve política industrial estadual. A promoção comercial do Estado foi muito tímida.

Até por isso, o Tarso (governador Tarso Genro) redefiniu a estrutura das secretarias para dar cabo do desafio. O Estado perdeu empresas, a Dell foi para São Paulo. A indústria pode esperar do Ministério um empenho cada vez maior para que o conceito de competitividade que a gente trabalha seja global.

ZH — Uma das preocupações dos gaúchos é a crescente participação dos chineses no setor

metalmecânico. Esse é um segmento que pode ser objeto de medidas?

Teixeira — Todos os setores podem ser objeto de medidas. É uma conversa permanente que a gente precisa ter com o setor.

Fonte: Zero Hora

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria exportadora elogia proposta de ampliar defesa comercial do país		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Marta Watanabe | De São Paulo

A ideia de ampliar as possibilidades de aplicar mecanismos de defesa comercial, divulgada em entrevista ao Valor pelo novo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, foi bem-recebida por setores exportadores.

Segundo o ministro, o governo estuda possibilidades para ampliar o uso dos mecanismos de forma a não violar as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). A preocupação do governo é o aumento das importações originadas dos países asiáticos, principalmente da China. Segundo PIMentel, o governo pode se antecipar na aplicação de medidas de defesa, antes da manifestação dos setores privados.

Roberto Giannetti da Fonseca, diretor de comércio exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), uma iniciativa do governo na aplicação de uma medida antidumping, por exemplo, seria bem-vinda. Para ele, o governo consegue ter dados consolidados de forma mais antecipada que a iniciativa privada, antes até que os efeitos das importações aceleradas sejam sentidas pelas empresas. No caso de desembarques mais pulverizados, por exemplo, o governo, diz ele, consegue olhar antes o aumento do volume de importação. "O Mdic tem dados sobre as licenças de importação e também possui informações para verificar a prática de preços adulterados."

Segundo Giannetti, um tipo de mecanismo que pode ser adotado de forma mais ampla é a salvaguarda. "É um instrumento pouco usado porque é mais desconhecido", diz ele. Para ele, porém, a salvaguarda é uma ferramenta que pode ajudar atualmente vários segmentos que estão sofrendo falta de competitividade conjuntural. "Também existem outras medidas que podem ser aplicadas, como a implementação de barreiras técnicas, além de rigor maior na fiscalização aduaneira, para casos de subfaturamento e pirataria."

"As preocupações do ministro são muito pertinentes", diz Fernando Pimentel, diretor-Superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit). Para ele, é possível "entrar no jogo do mercado mundial" e aplicar melhor os mecanismos de defesa sem violar as regras da OMC. "É necessário eliminar tecnicidades excessivas e trabalhar com as margens de interpretação." Ele lembra que muitos processos antidumping deixaram de ser investigados no passado em razão de rigor excessivo.

"É preciso aplicar os instrumentos de defesa antes que o dano já tenha provocado a paralisação da empresa", diz Humberto Barbato, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). Ele lembra que muitas vezes a empresa não consegue comprovar o dano efetivo, embora ele seja claramente iminente. "É o caso de empresas que ainda estão operando, mas não têm encomendas para produção nos meses seguintes, por exemplo."

	VEÍCULO FOLHA.COM		EDITORIA
	TÍTULO Governo deve anunciar medidas para desonerar indústria em fevereiro		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, afirmou nesta segunda-feira que o governo prepara medidas de desoneração do setor produtivo para aumentar a competitividade da indústria do país.

De acordo com ele, as medidas devem ser enviadas ao congresso em fevereiro quando tomam posse os novos deputados e senadores.

“O governo tem o compromisso de defender a indústria nacional. Não podemos competir quando as condições são tão desiguais” afirmou durante abertura da Couromoda, em São Paulo.

Pimentel comentou ainda sobre os problemas que a indústria calçadista enfrenta com as importações predatórias

da China. O governo adotou em 2009 uma tarifa antidumping contra os calçados vindos do país asiático.

O setor ainda reclama, porém, de um processo de triangulação feito pela indústria chinesa em que os calçados do país entram no Brasil como se tivessem sido importados do Vietnã, Indonésia, entre outros.

“Estamos atentos à triangulação e vamos tomar medidas contra isso”, afirmou o ministro, acrescentando a realização de reunião técnica com o setor nesta segunda para discutir uma nova ação antidumping.

“O setor está enfrentando a maior ameaça de sua história. Ela tem nome e endereço e nós sabemos muito bem qual é. Mas está sendo enfrentada”, afirmou.

	VEÍCULO R 7 / NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Comissão quer isentar de impostos cidades da região serrana devastadas pela chuva		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO		ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Objetivo é recuperar economia da região de forma rápida

O senador Lindberg Farias afirmou nesta segunda-feira (17), em reunião ocorrida na prefeitura de Teresópolis, que já está em discussão um pacote econômico para reconstrução das cidades serranas. Uma das medidas seria criar na região uma Zona Franca nos moldes da Zona Franca de Manaus para recuperar mais rapidamente a economia da região.

A indústria têxtil, a indústria de máquinas e atividades ligadas ao setor agropecuário foram severamente atingidos, aponta o senador.

- Estamos à disposição das prefeituras para qualquer reivindicação junto aos Ministérios. Assim que o dinheiro recebido for gasto e houver a prestação das contas, o restante será depositado nas contas das cidades serranas.

As cidades serranas receberam da União R\$ 10 milhões para Nova Friburgo, R\$ 7 milhões Teresópolis, R\$ 7 milhões Petrópolis e R\$ 1,5 milhão para os outros quatro municípios atingidos. (Areal, Sumidouro, São Jose e Bom Jardim), totalizando R\$ 30 milhões. Além disso, o governo recebeu R\$ 70 milhões para serem gastos em obras e outros serviços apenas na região serrana. Metade do dinheiro destinado a cada localidade já se encontra na conta da prefeitura.

O senador Lindberg ressaltou que se trata apenas de conversações, mas que estas já estão em estado avançado de negociação, para que se possa implantar isenções tributárias e outros estímulos econômicos. Além disso, ele gostaria que impostos relativos a IPI, PIS e Cofins sejam cancelados ou postergados.

- Ainda não temos um plano pronto, mas assim que estiver disponível poderemos contar com o apoio do BNDES, da Caixa Econômica e do Banco do Brasil.

Caso seja implantada uma Zona Franca na região, indústrias de determinados segmentos e outros setores da economia poderão ter isenção de impostos e outras ações de estímulo econômico que, em tese, poderia alavancar a economia dos municípios.

Tragédia das chuvas

O forte temporal que atingiu o Estado do Rio de Janeiro na terça-feira (11) deixou centenas de mortos e milhares de sobreviventes desabrigados e desalojados, principalmente na região serrana.

As cidades de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Sumidouro e São José do Vale do Rio Preto foram as mais afetadas. Serviços como água, luz e telefone foram interrompidos, estradas foram interditadas, pontes caíram e bairros ficaram isolados. Equipes de resgate ainda enfrentam dificuldades para chegar a alguns locais.

No final da noite desta sexta-feira (14), a presidente Dilma Rousseff liberou R\$ 100 milhões para ações de socorro e assistência às vítimas. Além disso, o Governo Federal anunciou a antecipação do Bolsa Família para os 20 mil inscritos no programa nas cidades de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis.

Empresas públicas e privadas, além de ONGs (Organizações Não Governamentais) e voluntários, também estão ajudando e recebem doações.

Os corpos identificados e liberados pelo IML (Instituto Médico Legal) são enterrados em covas improvisadas. Hospitais estão lotados de feridos. Médicos apelam por doação de sangue e remédios. Os próximos dias prometem ser de muito trabalho e expectativa pelo resgate de mais sobreviventes.

Em visita à região de Itaipava, em Petrópolis, o governador Sérgio Cabral (PMDB) disse que ricos e

pobres ocupavam irregularmente áreas de risco e que o ambiente foi prejudicado.

- Está provado que houve ocupação irregular, tanto de baixa quanto de alta renda. Está provado

também que houve dano da natureza. Isso não tem a ver com pobre ou rico.